

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que *altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993 e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de trabalhadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).*

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 637, de 2007, do Senador Renato Casagrande. A iniciativa dispõe sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Em defesa de sua iniciativa, o nobre Senador registra as finalidades da criação do SESCOOP, entre as quais a instituição de uma estrutura capaz de promover a cultura cooperativista no Brasil, treinando profissionais de forma sistemática e independente do Estado.

Registra, também, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no texto de Recomendação nº 193, sobre a promoção de cooperativas (Conferência Internacional do Trabalho, 90ª sessão, Genebra, 2002), é enfática ao afirmar que *as cooperativas devem beneficiar-se de condições, de acordo com a legislação e práticas nacionais, que não sejam menos favoráveis do que as que se concedam a outras formas de empresa e de organização social.*

Nessas circunstâncias, a destinação da contribuição compulsória, na forma da iniciativa, implicará uma melhor adequação dessa contribuição às suas finalidades, permitindo *ações mais contundentes de formação, desenvolvimento e promoção social do trabalhador autônomo, no âmbito das próprias cooperativas, em consonância com o dispositivo constitucional que determina que a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo (art. 174, § 2º, da Constituição Federal)*.

Nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a matéria foi analisada pelos Senadores Jayme Campos e Osvaldo Sobrinho, que subscreveram relatório favorável à aprovação da iniciativa. Nossa orientação é no mesmo sentido, com base nos mesmos argumentos.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Analizando o conteúdo da proposição, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa aplicáveis à redação de projetos.

A matéria é de competência terminativa da Comissão de Assuntos Sociais, e encontra-se diretamente relacionada com os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, entre os quais relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.

Quanto ao mérito em si da proposição, consideramos apropriada e oportuna a mudança na destinação da contribuição. É da essência do cooperativismo a solidariedade. Nesse sentido, é justo e razoável que os filiados a cooperativas de transportadores autônomos contribuam para a manutenção do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, e não, como na forma original, para a do Serviço Social do Transporte – SEST e a do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT.

Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, o ramo de transportes congrega atualmente 1.100 cooperativas. Não se pode desconhecer, portanto, o fenômeno que representa hoje, na sociedade, o “cooperativismo de transporte”, que, apesar de suas dificuldades, exerce papel econômico e social relevante para o transporte de mercadorias e de passageiros.

Finalmente, concordamos, em todos os sentidos, com os argumentos expostos pelo autor e aqueles constantes dos relatórios apresentados anteriormente, nesta Comissão. Sem dúvida, o cooperativismo representa uma alternativa plenamente válida de combate ao desemprego. Para que a contribuição dessas entidades seja efetiva, é preciso criar uma cultura cooperativista. Isso só será possível com treinamento e reciclagem dos cooperados e com o aprimoramento dos instrumentos jurídicos que regem o cooperativismo.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator